



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Edital**  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2022

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 – SEDUC/GO

PROCESSO Nº 2022.0000.603.4725  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

**OBJETO:** Aquisição de Insumos, Kit de material de papelaria, cumprimento do objeto disposto no Termo de Compromisso PAR Nº 201700020 com vistas no atendimento do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e EJA – Ensino Médio, conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência.

**ABERTURA:** 24.11.2022 às 9 horas.

**Obs. Horário de Brasília.**

**CÓDIGO OFERTA DE COMPRA:** 55803

Nos termos do art. 25, do Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020 e Decreto Federal 10.024/2019, a publicidade da presente licitação será realizada via [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) em 08/11/2022 [www.educacao.go.gov.br](http://www.educacao.go.gov.br) e por Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás e Diário Oficial da União em 08/11/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 – SEDUC/GO

O Estado de Goiás, pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 2876/2022-GAB/SEC dos interessados que está disponível no endereço abaixo ou por meio do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.seduc.go.gov.br](http://www.seduc.go.gov.br), o Edital de Licitação de tipo MENOR PREÇO POR LOTE, ficando disponíveis o lote 1 para Disputa Geral e lote 2 em atendimento ao disposto nos arts. 7º e 9º da Lei estadual nº 17.928 para Disputa entre ME/EPP e ainda observando os §1º e 2º da referida Lei, oriundo do Processo nº 2022.0000.603.4725, cujo objeto é a aquisição de material de papelaria e demais materiais necessários ao cumprimento do objeto disposto no Termo de Compromisso PAR Nº 201700020 com vistas no atendimento de estudantes matriculados no Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e EJA – Ensino Médio, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos, estando a presente licitação regida pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 9.666/2020, Decreto Federal nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 1.993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas vigentes à matéria.

**PARTICIPAÇÃO:** Lote 1 - Disputa Geral e Lote 2 - Cota Reservada para Disputa ME/EPP.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Lote

**DATA DE ABERTURA:** 24.11.2022 às 9 horas

**Local de realização:** [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br)

**Fundamento Legal:** Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Estadual nº 17.928 de 27.12.2012, Lei Complementar Estadual nº 9.666/2020, Decreto Estadual nº 7.466/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas nos Anexos.

**Obtenção do Edital:** [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.educacao.go.gov.br](http://www.educacao.go.gov.br)

**Informações:** (62) 3220-9571

Gerência de Licitação – GEL/SGA/SEDUC - GO  
Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova, Goiânia - GO - 74.643-030  
Fone: (62) 3220-9571/9570

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

A Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 2876/2022 - SEDUC, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em sessão pública eletrônica, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), em 27 de dezembro de 2022, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 9.666/2020 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 1.993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, Lei Complementar nº 144 de 24 de julho de 2018, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) Estadual nº 9.666/2020, e Decreto Federal 10.024/2019);
- 1.2. O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do Decreto Estadual nº 9.666/2020, e art. 5º, § 1º do Decreto Federal 10.024/2019);
- 1.3. O pregão eletrônico será conduzido pela Secretaria de Estado da Educação, com apoio técnico e operacional à Superintendência Central de Compras Governamentais da Administração, que atuará como provedor do Sistema de Compras do Estado de Goiás (art. 12 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 1.4. As dúvidas quanto à operacionalização do sistema deverão ser dirimidas pelo telefone 62.3201-8752.

## 2. OBJETO

- 2.1. Aquisição de Insumos, Kit de material de papelaria, cumprimento do objeto disposto no Termo de Compromisso PAR Nº 201700020 com vistas no atendimento Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e EJA – Ensino Médio;
- 2.2. Os quantitativos objeto deste Pregão encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.3. Os valores de referência unitários e totais, aferidos com base em pesquisa de mercado, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.4. Deverão ser observadas as especificações completas, condições, exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.5. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante do Edital e seus anexos e a descrição nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br), prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.

## 3. DO LOCAL, DATA E HORA

- 3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública eletrônica, por meio do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no dia **24.11.2022** a partir das **9 horas**, mediante autenticação, em todas as suas fases;
- 3.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, por meio do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no período compreendido entre o dia **09.11.2022** a **encaminhamento das propostas comerciais: é a partir da data da divulgação do Edital até a data e horário da sessão de abertura** (art. 26, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 3.3. A fase competitiva de lances terá início às **9h10min do dia 24.11.2022 e terá duração de 10 (dez) minutos**;
- 3.3.1. Será iniciado o procedimento de encerramento a partir das **9h20min**, na forma do item 9.10 e subitens seguintes deste Edital;
- 3.4. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF (UTC -03:00) sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- 3.5. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, devendo observar rigorosamente os prazos e condições das propostas, bem como para início da sessão de disputa de preços, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer termo ou de sua desconexão;
- 3.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente adiada para o dia subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido e no mesmo endereço eletrônico, independentemente de nova comunicação, desde que não haja cor

## 4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 4.1. Qualquer pessoa ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos deste Edital e seus anexos;
- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos ou Impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro em até 03 (dias) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, devidamente assinado e redigido em papel timbrado (caso seja empresa), a ser encaminhado por meio do sistema [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) (art. 23 do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 4.2.1. Não serão conhecidas as impugnações recebidas pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio após o prazo definido no item 4.2, seja por meio eletrônico ou físico;
- 4.2.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do pedido (art. 24, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame (art. 24, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 4.4. Possíveis retificações do Edital, por iniciativas de ofício ou provocadas por eventual procedência de impugnação, serão publicadas, reabrindo-se o prazo inicial para a realização do certame caso a modificação altere a formulação das propostas;
- 4.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta e divulgação pelo sistema e vincularão os participantes e a administração (art. 23, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019).

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 5.1. Poderão participar do Pregão:

- 5.1.1. Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;
- 5.1.2. Que atendam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 5.1.3. Que estejam previamente credenciadas no [Comprasnet.gov.br](http://Comprasnet.gov.br);
- 5.1.4. Pessoa jurídica que esteja reunida em consórcio ou grupo de empresa;
- 5.1.5. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), o cumprimento das exigências de habilitação previstas no Edital;
- 5.1.6. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC não se responsabiliza por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 5.1.7. Sob as penas cabíveis, que não utiliza, no estabelecimento, trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 12, XIII, do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

### 5.2. Não poderão participar deste Pregão:

- 5.2.1. Empresa suspensa perante o CADFOR, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja declarada habilitada para os fins previstos no Edital;
- 5.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás e Governo Federal, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

- 5.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 5.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 5.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 5.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação, concur
- 5.2.8.1. As empresas em Recuperação Judicial que tiver a Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômicamente para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.074/2004, ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de PARTICIPAR;
- 5.2.9. Também não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 17 da Lei nº 8.666/93, e
- I. O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica; e
- II. Empresa que possua em seu quadro societário ou de pessoal servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação, bem como empresa que possua propriedade ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação;
- 5.2.9.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem 5.2.9, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, familiar, político-administrativo ou outro, entre o licitante e o fornecedor de bens e serviços a estes necessários;
- 5.2.9.2. O disposto no item 5.2.9 aplica-se também aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

## 6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.1. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, serão assegurados os seguintes benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:
- I. Preferência de contratação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens destinados à disputa geral, conforme o subitem 9.19 deste Edital;
- II. Prazo para regularização de restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista na forma do item 11.16 deste Edital, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 147/2014;
- 6.2. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo 3º da referida Lei;
- 6.3. Para usufruir dos benefícios, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar-se como tal no início ao efetuar o registro, e, se vencedora, deverá comprovar tal condição;
- 6.4. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006;
- 6.5. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e a consequente anulação do certame.

## 7. DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET.GO

- 7.1. É condição obrigatória para a participação neste Pregão que o interessado realize o credenciamento no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Estado da Educação em [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), bem como providenciar o envio de toda a documentação exigida, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data prevista para o início do certame, de acordo com a Instrução Normativa nº 004/2011-GS/SEGPLAN;
- 7.1.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD;
- 7.1.2. O simples pré-cadastro no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) não dará direito à licitante de credenciar-se no sistema, em razão do bloqueio inicial do login e senha e do desbloqueio do login e senha após a homologação do cadastro, cujo registro passará a ter status "homologado";
- 7.1.3. O credenciamento implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização de licitação eletrônica;
- 7.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas através dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625;
- 7.3. Os interessados poderão se valer do SICAF – Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores da Administração Federal ou de outros cadastros que estejam em conformidade com a legislação geral. Neste caso, deverão solicitar ao CADFOR seu cadastramento simplificado – apresentado o respectivo certificado de registro cadastral devidamente atualizado e a documentação abrangida pelo referido cadastro, e seu registro passará a ter status "credenciado";
- 7.4. Se a licitante que optar pelo cadastramento simplificado lograr-se vencedor do certame, deverá o mesmo providenciar a sua inscrição completa no CADFOR para a contratação;
- 7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, no sistema ou à SEDUC, e a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 7.6. Caberá à licitante comunicar imediatamente o provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha de acesso.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Nos termos do Art. 19, II, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão a proposta e os documentos de habilitação exigidos no edital, **proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos no edital, em sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;
- 8.2. O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. Só será aceita uma proposta por licitante;
- 8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC do CADFOR, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso ao sistema eletrônico;
- 8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 2006;
- 8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico;
- 8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de avaliação e classificação;
- 8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para a abertura de lances;

8.9. Os **documentos complementares à proposta e à habilitação**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados após o encerramento do envio de lances, observado o prazo estipulado no § 2º, do art. 38, do Decreto Estadual nº 9.666/2020 e Decreto Federal 10.024/2019, desde que

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (art. 28 do Decreto Federal nº 10.024/2019);
  - 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
  - 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 28, p.º 10.024/2019);
  - 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente (**intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo)**) por meio do sistema eletrônico de seu recebimento e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
  - 9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por lote;
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos (**intervalo mínimo de R\$0,01 (um centavo)**), observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras do Edital (Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. ver §3º, art. 30, Decreto Federal nº 10.024/2019;
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao último lance, será de **R\$ 0,01 (um centavo)**;
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a cinco (5) segundos, sendo automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;
- 9.10. Será adotado para envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prazo máximo de 10 minutos (Decreto Federal nº 10.024/2019);
  - 9.10.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **5 (cinco) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance no período de duração da sessão pública (art. 32, caput, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
  - 9.10.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período para tratar de lances intermediários;
  - 9.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida na alínea anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente (art. 32, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 9.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, encerrar a sessão de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 9.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada ao sistema comprasnet.go (art. 35 do Decreto Federal nº 10.024/2019);
  - 9.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema;
- 9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para o envio de lances;
- 9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (art. 35 do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 9.17. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos;
  - a) Para o **lote 2** poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas **microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme determinação do Edital nº **17.928/2012**. “**Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, obtido na cota reservada.**” Caso a licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, não comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nesta condição ao sistema, a mesma será desclassificada.
  - b) Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes em primeiro colocado.
- 9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a abertura de lances e declaração da empresa de ME/EPP na inserção da proposta no sistema Comprasnet, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais colocadas, disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015;
- 9.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da primeira colocada serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- 9.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao do vencedor (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 9.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no edital;
- 9.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 9.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente às margens de preferência, conforme regulamento;
- 9.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se aos bens produzidos:

1. no país;

2. por empresas brasileiras;
3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e q previstas na legislação;

9.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;

9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apre obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

9.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

9.29. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negoc caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados (art. 38, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

9.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do p para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 39 do Decreto Federal nº 10.024/2019;

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou inexecuível;

10.2.1. Considera-se inexecuível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos ins dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações d os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Para efeito de comprovação da exequibilidade, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes

I. Questionamento ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

II. Pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas;

III. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha ou tenha celebrado com a Administração ou com a iniciativa privada;

IV. Pesquisa de preço no mercado;

V. Verificação de notas fiscais de outros fornecimentos executados pelo proponente;

VI. Estudos setoriais;

VII. Consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;

VIII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto;

IX. Demais diligências que porventura se fizerem necessárias;

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as pro suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública se aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. O Pregoeiro deverá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínim de não aceitação da proposta (art. 38, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

10.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o licitante não atender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro deverá restabelecer licitantes (art. 43, § 4º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade (art. 47, parágrafo único, do Dec

10.8. O Pregoeiro **deverá** encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar negociação em condições diversas das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

10.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanha (art. 38, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

10.8.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melh

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoe verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o e de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes ca

11.1.1. CRC do CADFOR ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br));

11.1.2. Certidão negativa/positiva de penalidades ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br));

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, qu responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual se

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

11.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do CRC do CADFOR, nos documentos por ele abrangid regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica;

11.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CRC do CADFOR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão públi apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

- 11.5.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita p a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Federal nº 10.024/2019;
- 11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apre: encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **4 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação;
- 11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando hou documento digital.
- 11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome d: pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comp dessas contribuições;
- 11.10. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de ha

#### **11.11. Habilitação jurídica:**

- 11.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condiçi sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 11.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devi da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucurs: 11.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicaçã
- 11.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 11.11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, devidamente publicado e ato de registro ou autoriza órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 11.11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **11.12. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 11.12.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:
- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Federal** por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – **INSS**, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, Secretaria da Receita Federal do Brasil;

**OBS: As comprovações pertinentes aos itens “c” e “d” serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Br Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados;**

- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Ec: Federação **onde a Licitante tem sua sede**;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do **Estado de Goiás**, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa, expedida pela Secreta
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equival
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa f
- i) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), nos t
- j) Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.42!
- k) Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal
- 11.12.2. Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mediante a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei.

**11.12.3. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123/2006.**

#### **11.13. Qualificação Econômico-Financeira**

- 11.13.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de:
- a) Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, ve ou balanços provisórios;
- a.1) O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, me do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis;
- a.2) O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Se possível, apresentar também terr livros contábeis;
- a.3) Quando Sociedade Anônima – S.A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado da Certidão da Junta C ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76;
- b) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, preferencialmente, ser form empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da investidura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- |   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>ILG = (AC+RPL) / (PC+ELP) \geq 1</math></li> <li>• <math>ILC = (AC) / (PC) \geq 1</math></li> <li>• <math>ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1</math></li> </ul> | <p><b>Onde:</b></p> <p>ILG = índice de liquidez geral</p> <p>ILC = índice de liquidez corrente</p> <p>ISG = índice de solvência geral</p> <p>AT = ativo total</p> <p>AC = ativo circulante</p> <p>RPL = realizável a longo prazo</p> <p>PC = passivo circulante</p> <p>ELP = exigível a longo prazo</p> <p>PL = patrimônio líquido</p> |
|---|--|

b.1) A Licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação que estará dispensada de apresentação dos referidos índices;

b.2) Na forma do Decreto Estadual nº 7.804 de 20 de fevereiro de 2013, na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou de **microempresa ou da empresa de pequeno porte** a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

c) Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Aberto "a" acima;

d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (ou equivalente, na forma da Lei) expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante ou site eletrônico não havendo somente será aceita com **data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta**. Se a Comarca possuir mais ( apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca. **Caso a participação no certame seja da filial, a Certidão Negativa de Falência filial e da matriz.**

#### 11.14. Qualificação Técnica

11.14.1. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de:

a) No mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante já forneceu, satisfatória licitação. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo: o nome da empresa/órgão contratante, o nome do responsável por sua emissão e telefone para contato que comprove a capacidade de fornecimento de no mínimo **15% (quinze por cento)** da quantidade estimada dos itens. O Pregoeiro(a) poderá determinar qual para verificar a autenticidade e legitimidade do atestado ou de qualquer documento que lhe suscitar dúvidas;

- Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto;
- **Apresentar, no mínimo, três propostas com possíveis locais de realização dos eventos, conforme especificações descritas no Termo de Referência, tais como e espaço num mesmo local.**

11.14.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último

11.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte que atenda a todas as demais exigências do edital;

11.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

11.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

11.16.1. O tratamento favorecido previsto no subitem anterior somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame o mesmo que esta contenha alguma restrição;

11.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas nos demais itens remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade com documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

11.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sessão;

11.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o edital;

11.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência dos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

11.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.22. **Declaração sob as penas cabíveis, que não utiliza, no estabelecimento, trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e crianças e adolescentes (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 12, XIII, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, conforme Anexo 1.**

#### 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico;

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual descumprimento (art. 49, V, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº 8.666/1993);

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores por extenso, prevalecerão estes últimos;

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que não esteja prevista no Edital, sob pena de desclassificação;

- 12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que licitante;
- 12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação;
- 12.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 12.8. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;
- 12.9. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou incorreção;
- 12.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, na proposta ou em qualquer outro título;
- 12.11. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao seu negócio. **Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, devem desonerados do ICMS** conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito de transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento de preços;
- 12.12. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 1203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás que se enquadram em propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal ofertado (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. **O valor líquido ComprasNet.GO**, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido.
- 12.13. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
1. Nome da empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, n.º da conta corrente, Banco, n.º da agência, nome do responsável que assinará o contrato;
  2. Para empresas estabelecidas em Goiás, deverá ser informado na Proposta se a empresa é contribuinte de ICMS e se é optante do SIMPLES;
  3. n.º do Pregão; n.º do item ou n.º do lote que se refere;
  4. Preço em Real, unitário e total, com no máximo duas casas decimais, no qual deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos. No caso de preço por extenso, prevalecerá esse último. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação como(a) Pregoeiro(a);
  5. Descrição do objeto ofertado, com a quantidade licitada e com a indicação da marca, que deverá ser a mesma informada quando do cadastramento da proposta;
  6. Prazo de validade da proposta de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será esse prazo;
  7. Data e assinatura do responsável.
  8. Indicação expressa do nome do signatário que assinará o contrato.
- 12.14. Caso julgue necessário, o Pregoeiro encaminhará a proposta comercial à unidade técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, para análise das especificações técnicas;
- 12.15. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar as informações prestadas em eventuais documentos a ela anexados, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta;
- 12.16. O ônus da exequibilidade da proposta caberá exclusivamente ao licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

### 13. DA AMOSTRA

- 13.1. Após análise e aprovação das documentações de habilitação será exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente amostra com os itens relacionados no item 4 do presente Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias, após encerramento da fase de lances, no endereço do Almoxarifado Perimetral Norte nº 2.859 Qd. 01 Lts. 02 e 03 Galpão 07 Setor Vila João Vaz, Condomínio da Goiazem Armazéns Gerais, Goiânia – GO, no horário e data agendada para a verificação da compatibilidade no que concerne medida, dimensões e funcionalidade de seus componentes, em conformidade com as especificações, por Comissários servidores da SEDUC, para posteriormente aceitação da proposta;
- 13.2. A amostra física deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo;
- 13.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração como amostra física, serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe submetidos aos testes necessários;
- 13.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização das análises, e fornecer, sem ônus, os materiais necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 13.5. Será rejeitada a amostra que:
1. Apresentar divergência em relação ao descritivo do Termo de Referência;
  2. Apresentar problemas de funcionamento durante a análise;
  3. For de qualidade inferior em relação às especificações solicitadas no Termo de Referência;
- 13.6. Caso a amostra física seja aprovada, poderá ser contabilizada como uma unidade fornecida, contrariamente, a licitante deverá contatar a equipe da SEDUC para realizar agendamento para retirada dos objetos, sem acarretar ônus a Contratante;
- 13.7. A SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO departamentos responsáveis pelo recebimento deverá documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;
- 13.8. Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação no que concerne medida, dimensões e funcionalidade de seus componentes, com características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido;
- 13.9. A licitante que tiver a amostra reprovada pela Comissão de Análise da Amostra terá o prazo de 03 (três) dias para interpor o recurso de impugnação, que no âmbito do Edital MÉDIO que deverá emitir uma resposta para empresa no prazo máximo, também, de 03 (três) dias.
- 13.10. A comissão de análise deverá anexar aos autos relatório com análise das amostras, aprovadas ou reprovadas, os métodos para elaboração do documento de Referência.

### 14. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

- 14.1. Os materiais escolares descritos neste Termo deverão ser entregues à Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura desta Secretaria, localizado no endereço: Av. Perimetral Norte nº 2859 Quadra 01 Lote 02 e 03, Galpão 7 Setor Vila João Vaz, Condomínio da Goiazem. O endereço de entrega será o mesmo que consta no Edital.

disponibilização dos endereços de entrega à CONTRATADA, como também da Ordem de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

## 15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer do sistema (art. 44, caput, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não;
- 15.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 15.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso, conforme § 3º do Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024/2019;
- 15.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, ser elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 44, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 44, § 4º, do Decreto Federal nº 10.024/2019);
- 15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital;
- 15.5. Não serão conhecidas as intenções de recursos, razões e contrarrazões, interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pessoalmente;
- 15.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo para o item que disser respeito;
- 15.7. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias, podendo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão;
- 15.8. A autoridade competente terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo esse prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devida

## 16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão, repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
  - 16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento de regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao erro;
- 16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;
  - 16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fax-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
  - 16.2.2. A convocação feita por e-mail ou fax-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADFOR, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados corretos.

## 17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro à licitante vencedora do respectivo lote, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será homologação;
- 17.2. A homologação da presente licitação compete a Secretária de Estado da Educação (art. 45 do Decreto Federal nº 10.024/2019).

## 18. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação;
  - 18.1.1. Nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17, para fins de assinatura do contrato será efetuada Consulta ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Inf. de Órgãos e Entidades Estaduais, não podendo a empresa constar como incluída no mesmo;
- 18.2. Certidão negativa/positiva de penalidades ([www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br));
- 18.3. Homologada a licitação será emitida Nota de Empenho em favor da licitante vencedora, que será convocada para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias (poderá ser realizada via fax, correio ou e-mail), podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado, nos termos do art. 8.666/1993;
- 18.4. A licitante vencedora deverá providenciar sua inscrição no Cadastro de Fornecedores – CADFOR no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), com a entrega e a assinatura do mesmo prazo para assinatura do contrato, nos termos do item 16.1 deste Edital;
  - 18.4.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento do dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD;
  - 18.4.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas por meio dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625;
- 18.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser classificado, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, aplicação das sanções de que trata o art. 50 do Decreto Estadual nº 9.666/2020;
- 18.6. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo da proposta;
- 18.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o termo do contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aplicadas aos licitantes que se negarem a aceitar a contratação fora da validade de suas propostas;
- 18.8. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação. Se, por ocasião da assinatura do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 18.9. No momento da contratação e durante a vigência do ajuste, sempre que a Administração o requerer, a Contratada deverá apresentar relação de todos os sócios e administradores;
- 18.10. Será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a [Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN](#);
- 18.11. Para se cadastrar, o usuário externo deverá acessar o site: [http://sei.goias.gov.br/como\\_se\\_cadastrar.php](http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar.php) e seguir todas as orientações ali dispostas;
- 18.12. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações – SEI é realizado pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD. Para mais informações quanto ao cadastro, contatar o telefone (62) 3201-6507 / 3201-6555 / 3201-6565 ou e-mail: [sei@sead.go.gov.br](mailto:sei@sead.go.gov.br).

18.13. Conforme determina o Art. 1º da Lei Estadual 20.489/2019, para celebração de contratos cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços superior a 180 (cento e oitenta dias), a licitante vencedora deverá apresentar declaração informando da existência do Programa de Integridade na empresa nos termos

## 19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O Período de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

## 20. DA RESCISÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

20.1.1. Por mútuo interesse e acordo entre as partes, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória;

20.1.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial nas seguintes hipóteses:

20.1.2.1. Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

20.1.2.2. Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;

20.1.2.3. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

20.1.2.4. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

20.1.2.5. A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;

20.1.2.6. O atraso injustificado no início da obra;

20.1.2.7. A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

20.1.2.8. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, editada e no contrato;

20.1.2.9. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

20.1.2.10. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

20.1.2.11. O desatendimento às determinações regulares dos Engenheiros Fiscais;

20.1.2.12. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignada no Diário de Obra;

20.1.2.13. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

20.1.3. Os casos de rescisão unilateral acarretarão as consequências previstas no Artigo 80 da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções administrativas.

20.1.4. Estarão assegurados os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.1.5. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

20.1.5.1. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato;

20.1.5.2. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pelas obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

20.1.5.3. Proposto pela CONTRATADA, em decorrência do atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações;

20.1.5.4. Proposto pela CONTRATADA, na hipótese de não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

20.1.5.5. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

20.1.5.6. Proposto por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. Após a entrega dos bens ou prestação dos serviços, a contratada deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na Secretaria de Estado da Educação;

21.2. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo de contratação da SEDUC a que se refere, para facilitar a remessa do documento;

21.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente pagas. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento estabelecida no Edital nº 9.561/2019;

21.4. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta-corrente ou conta-poupança da Contratada na Caixa Econômica Federal – CEF, que o Estado de Goiás para centralizar a sua movimentação financeira, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014;

21.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 20.3 passará a ser contado a partir da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019;

21.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência;

21.7. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a SEDUC efetuará as devidas retenções nos pagamentos;

21.8. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus à compensação financeira para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$EM = N \times Vp \times (I / 365)$  onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

21.9. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o número do CNPJ da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO é 01.409.705/0001-20.

## 22. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá, neste exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Sequencial: 717

Descrição	Código	Denominação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2401	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO	362	ENSINO MÉDIO
PROGRAMA	1008	EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
AÇÃO	2017	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO
GRUPO DE DESPESA	03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
FONTE DE RECURSO	25700260	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	90	APLICAÇÕES DIRETAS

22.2. Para o exercício subsequente serão alocados recursos em dotação orçamentária própria para o custeio dessa despesa.

## 23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I – não assinar o contrato;
- II – não entregar a documentação exigida no Termo de Referência;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não manter a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal;

23.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, além das cominações legais cabíveis, à mult gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa da adjudicatária em firmar o contra data da sua convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

23.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou na ausência de débitos em aberto, abatido na próxima quitação, sendo possível também, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será garantido à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;

23.5. As sanções previstas neste termo são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

23.6. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

## 24. DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

24.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação serão submetidas à te âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Co julho de 2018.

## 25. DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

25. 1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocan submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se des DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expre Judiciário para julgamento desses conflitos.

## 26. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

26.1. O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo

irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

Parágrafo Primeiro: O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada p garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

Parágrafo Segundo: O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou f

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer int intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciar

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

Parágrafo Terceiro: Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Prograr

Parágrafo Quarto: A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

Parágrafo Quinto: A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, r da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialment

Parágrafo Sexto: A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.8/ considerado para fim de cumprimento desta Lei.

Parágrafo Sétimo: Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empres por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

Parágrafo Oitavo: O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Nono: O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridad

Parágrafo Décimo: O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indébito da multa aplicada.

Parágrafo Décimo Primeiro: A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás

Parágrafo Décimo Segundo: O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa p; cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo p comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

## 27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento;

27.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas pr durante a sessão pública;

27.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

27.4. As licitantes deverão acessar diariamente o site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) a fim de tomar ciência dos comunicados de eventuais alterações no Edital realização da sessão do Pregão;

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a e

27.6. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem co ou mais licitantes em detrimento das demais;

27.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento **promover diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrú ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões;

27.8. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

27.9. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decor inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

27.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazo

27.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento c execução do objeto licitado;

27.12. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato e execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações por habilitação e qualificação exigidas na licitação;

27.13. Não é permitida a subcontratação de serviços em parte ou de modo global;

27.14. A SEDUC reserva-se o direito de alterar as condições deste Edital e reabrir prazo para apresentação de propostas, quando a alteração afetar a formulação da

27.15. A Secretária de Estado da Educação compete ANULAR este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e REVOGAR o ce inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado (art. 50 do Decreto Federal nº 10.024/2019);

27.16. A anulação do Pregão induz à do contrato;

27.17. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de : suportado no cumprimento do contrato (art. 50, parágrafo único, do Decreto Federal nº 10.024/2019);

27.18. Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a SEDUC comunicará os fatos verificados à Procuradoria Geral do Estado para as providências devidas;

- 27.19. Para as questões resultantes deste instrumento, fica eleito o foro de Goiânia-GO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou
- 27.20. Para obter informações com a área responsável pela elaboração do Termo de Referência, bem como sanar questionamentos a respeito do processo, enviar e
- 27.21. Tão logo seja conhecida a Empresa (fornecedor) deverá apresentar em tempo hábil para aprovação, amostras embaladas dos produtos, conforme orientação e acondicionamento dos kits diversos do solicitado e ocorra algum impedimento na entrega;
- 27.22. O material licitado somente poderá ser substituído mediante comprovação da contratada de fator de impedimento por força maior, e desde que haja ar substituto de igual ou superior valor e qualidade em comparação ao material licitado.

## 28. ANEXOS

28.1. São partes integrantes deste Edital, os anexos seguintes:

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Declaração
- ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006
- ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO V – Minuta Contratual
- ANEXO VI - Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA)

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

**Simone de Melo Santos Silva**  
Pregoeiro (a) SEDUC/GO

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Constitui-se como objeto deste escopo de Termo de Referência a aquisição de Insumos, Kit de material de papelaria, cumprimento do objeto disposto no Termo de Referência para o atendimento de estudantes matriculados no Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e EJA – Ensino Médio, conforme relação de unidades escolares descritas a seguir.

### 2. JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal em seu art. 205 expressa que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Porém sabe-se que muitos jovens que frequentam famílias atendidas por programas sociais, e, por isso, não conseguem adquirir material escolar, necessário para acesso de seus filhos à escola.

Pensando no atendimento desta demanda a Secretaria de Estado da Educação de Goiás indicou o atendimento a 42.406 alunos regularmente matriculados na rede estadual de ensino, com material didático, composto de itens básicos para utilização em sala de aula ao longo do ano, oportunizando um espaço com condições mínimas na construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, o apoio do Ministério da Educação tem como objetivo, contribuir não só para ampliação do acesso, mas também a permanência dos estudantes na escola, promovendo maior equidade e inserção social desses estudantes, pois se os desiguais forem tratados igualmente, as desigualdades não serão superadas.

Dessa forma, a Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, considera relevante o apoio financeiro aos estados, para essa iniciativa, por meio do Plano Nacional de Educação na Lei 12.695/2012 e Resolução 14/2012.

O parâmetro utilizado pelo ente federado para a distribuição dos recursos baseou-se nas notas dos Indicadores Educacionais da Educação Básica (IDEB), em cada Rede Municipal de Ensino. Nesse sentido, a entrega do Kit Escolar proporciona aos estudantes o provimento de materiais escolares a fim de que haja o devido acompanhamento nas aulas, com qualidade, de referência para todo o Brasil.

Considerando que a SEDUC vem implementando ações voltadas para a qualidade e o bem-estar de adolescentes e jovens atendidos nas instituições públicas de ensino, e um ambiente escolar seguro e favorável às condições de ensino, ressaltamos que tal segurança transcende o espaço físico das escolas, e os itens escolares são pensados sob a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança. Tal aquisição se pauta também, na necessidade de assegurar a aprendizagem em ambientes coletivos, em conformidade com Termo de Compromisso disposto ao evento (000029712901).

Desta forma para cumprimento do objeto disposto no Termo de Compromisso PAR Nº 201700020 visa atender os estudantes matriculados no Ensino Médio (1ª série) conforme relação de unidades escolares descritas ao evento (000030180419).

### 3. ITENS E QUANTITATIVOS A SEREM ADQUIRIDOS

3.1. O presente Termo de Referência tem como objeto aquisição de materiais escolares, na quantidade e descrição apresentado abaixo:

#### LOTE I - (AMPLA CONCORRÊNCIA)

#### COMPOSIÇÃO DO KIT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<b>Caderno Universitário - 200 fls</b> - Caderno universitário, 10 matérias, 200 folhas, medida mínima de 200x275mm, capa dura com gramatura mínima de 600gr/m2 (papelão) e 90g/m2 (revestimento), miolo em papel off set com gramatura mínima 56g/m2 com no mínimo 32 pautas azuis, com margens. Acabamento em espiral composto de arame estanhado de 1,00 mm e acabamento coil-lock. Capa e contra capa personalizada em 4x0 cores e aplicação de verniz	1	R\$ 14,83	R\$ 14,83
2	<b>Caderno de desenho - 96 fls</b> - Caderno de Cartografia 96 folhas, sem margem, sem seda, medida mínima de 200x275mm. Capa e contracapa em triples com gramatura mínima de 280gr/m2 miolo em papel off set com gramatura mínima 56g/m2, acabamento em espiral composto de arame estanhado de 0,80mm e acabamento coil-	1	R\$ 5,44	R\$ 5,44

	lock. Capa e contra capa em tríplex com gramatura mínima de 280gr/m <sup>2</sup> personalizada em 4x0 cores e aplicação de verniz			
3	<b>Borracha escolar</b> - Borracha branca, macia especial para apagar escrita a lápis. Composição: borracha natural. Medidas aproximadas: 34x22x7 mm.	2	R\$ 0,38	R\$ 0,76
4	<b>Apontador simples</b> - Apontador plástico com depósito retangular, lamina fixada por parafuso, sem ondulações ou deformações. Medidas aproximadas: 60 X 20 X 15 mm.	2	R\$ 1,10	R\$ 2,20
5	<b>Lápis Grafite</b> - Lápis preto Nº2 HB, produzido com resina sintética ou madeira reflorestada, apontado, medindo no mínimo 175 mm comprimento por 6,9mm diâmetro, sextavado com mina grafite (2,0 a 2,7 de diâmetro), macio e resistente, sem quebrar o grafite ao apontar.	3	R\$ 0,50	R\$ 1,50
6	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>azul</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	2	R\$ 0,52	R\$ 1,04
7	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>preta</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	1	R\$ 0,51	R\$ 0,51
8	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>vermelha</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	1	R\$ 0,51	R\$ 0,51

LOTE II - (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)

#### COMPOSIÇÃO DO KIT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<b>Caderno Universitário</b> - 200 fls - Caderno universitário, 10 matérias, 200 folhas, medida mínima de 200x275mm, capa dura com gramatura mínima de 600gr/m <sup>2</sup> (papelão) e 90g/m <sup>2</sup> (revestimento), miolo em papel off set com gramatura mínima 56g/m <sup>2</sup> com no mínimo 32 pautas azuis, com margens. Acabamento em espiral composto de arame estanhado de 1,00 mm e acabamento coil-lock. Capa e contra capa personalizada em 4x0 cores e aplicação de verniz	1	R\$ 14,83	R\$ 14,83
2	<b>Caderno de desenho</b> - 96 fls - Caderno de Cartografia 96 folhas, sem margem, sem seda, medida mínima de 200x275mm. Capa e contracapa em tríplex com gramatura mínima de 280gr/m <sup>2</sup> miolo em papel off set com gramatura mínima 56g/m <sup>2</sup> , acabamento em espiral composto de arame estanhado de 0,80mm e acabamento coil-lock. Capa e contra capa em tríplex com gramatura mínima de 280gr/m <sup>2</sup> personalizada em 4x0 cores e aplicação de verniz	1	R\$ 5,44	R\$ 5,44
3	<b>Borracha escolar</b> - Borracha branca, macia especial para apagar escrita a lápis. Composição: borracha natural. Medidas aproximadas: 34x22x7 mm.	2	R\$ 0,38	R\$ 0,76
4	<b>Apontador simples</b> - Apontador plástico com depósito retangular, lamina fixada por parafuso, sem ondulações ou deformações. Medidas aproximadas: 60 X 20 X 15 mm.	2	R\$ 1,10	R\$ 2,20
5	<b>Lápis Grafite</b> - Lápis preto Nº2 HB, produzido com resina sintética ou madeira reflorestada, apontado, medindo no mínimo 175 mm comprimento por 6,9mm diâmetro, sextavado com mina grafite (2,0 a 2,7 de diâmetro), macio e resistente, sem quebrar o grafite ao apontar.	3	R\$ 0,50	R\$ 1,50
6	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>azul</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	2	R\$ 0,52	R\$ 1,04
7	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>preta</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	1	R\$ 0,51	R\$ 0,51
8	<b>Caneta esferográfica</b> - Caneta - Tipo: esferográfica; Cor: <b>vermelha</b> ; Corpo: material plástico transparente, sextavado ou redondo; Ponta: média de 1 mm; Dados Complementares: tampa ventilada na mesma cor da tinta; Informação Adicional: escrita macia e uniforme, esfera de tungstênio.	1	R\$ 0,51	R\$ 0,51

TOTAL GERAL

O valor total dos Kits é de R\$ 3.029.520,36 (três milhões, vinte e nove mil, quinhentos e vinte reais e trinta e seis centavos).

**3.2.** Nenhum item será adjudicado com valor acima do que apresentado na planilha do item 3.1 deste Termo de Referência.

**3.3.** Para efeito de julgamento, o critério deverá ser "**MENOR PREÇO POR LOTE**", conforme quantidades estimadas, definida na Tabela acima com Estimativa de Pre Estadual nº 9.900 de 07 de julho de 2021.

**3.4.** A Gerência de Compras considera ser conveniente a divisão dos lotes por Kit's, visando a agilidade e padronização do material, como também facilitar a conferência dos lotes menos volumosos e mais organizados, trazendo celeridade na passagem do objeto pelo gestor, como também a entrega para o destino final em sua total realização da entrega pode-se cumprir em períodos diferentes caso haja mais de uma empresa Contratada para cada item que compõe o lote, entrando assim a

#### **4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS**

O kit deve estar embalado em caixa de papelão envolta de plástico e identificada na face superior com:

1. Nome do kit (ex.: KIT PARA ENSINO MÉDIO E EJA PARA OS LOTES 1 E 2)
2. Composição do Kit, conforme descrito no edital;
3. "Venda Proibida";
4. Identificação do fabricante e do fornecedor;

#### **4.1. DESCRIÇÃO DOS LOTES**

##### **4.1.1. APONTADOR COM DEPÓSITO**

###### **4.1.1.1 DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

4.1.1.1.1 ABNT NBR 15236:2016-Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

4.1.1.1.2 Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

4.1.1.1.3 Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 –Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

4.1.1.1.4 Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

###### **4.1.1.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

###### **4.1.1.2.1 Matéria-Prima:**

Plástico transparente

###### **4.1.1.2.2 Dimensões Mínimas**

Altura: 40 mm;

Comprimento: 22mm;

Largura: 15 mm.

Características: Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit.

Depósito em plástico transparente;

Lâmina de aço inoxidável temperado;

Fixação da lâmina por parafuso metálico;

Compatível com o lápis e o lápis de cor que formam o kit.

4.1.1.2.3 A lâmina do apontador deverá ser de aço inoxidável temperada, fixada por parafuso metálico, sem ondulações ou deformações, perfeitamente ajustada rígida, sem folgas, a fim de não macerar ou mastigar a madeira do lápis.

Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces

###### **4.1.1.2.4 Garantia**

deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difi garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

##### **4.1.2. BORRACHA ESCOLAR**

###### **4.1.2.1 DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

4.1.2.1.1 ABNT NBR 15236:2016 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

4.1.2.1.2 Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

4.1.2.1.3 Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

4.1.2.1.4 Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

###### **4.1.2.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Composição:

Sem adição de corantes;

Livre de ftalatos.

Dimensões Mínimas

Comprimento: 30 mm;

Largura: 20 mm;

Espessura: 5 mm.

Características

Macia;

Flexível;

Capaz de remover o grafite sem borrar ou manchar o papel.

###### **4.1.3 DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Do Processo de Fabricação:

Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces.

#### 4.1.2.4 Garantia:

deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difi garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

### 4.1.3 LÁPIS GRAFITE

#### 4.1.3.1 DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

4.1.3.1.1 ABNT NBR 15236:2016 -Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

4.1.3.1.2 ABNT NBR 15795:2010 -Lápis —Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à condições previsíveis de uso.

4.1.3.1.3 Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

4.1.3.1.4 Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 –Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

4.1.3.1.5 Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

#### 4.1.3.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**Corpo:** Matéria prima: madeira reflorestada; Cobertura: tinta atóxica (quando for o caso); Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit.

**Dimensões Mínimas:** Comprimento: 170 mm; Diâmetro:6,5 mm; Diâmetro do grafite: 2 mm;

**Barra Interna do Grafite:** Dureza nº 02 HB; Constituição uniforme; Isenta de impurezas; Atóxica;

#### 4.1.3.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixaçã seu descolamento; Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo.

deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difi garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

### 4.1.4. CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS

#### 4.1.4.1 DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

4.1.4.1.1 Norma NBR 15732:2012-Tecnologia gráfica-que estabelece os requisitos para os cadernos de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampe Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, nas capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de se

#### 4.1.4.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### 4.1.4.2.1 Dimensões Mínimas:

200mm de altura x 275mm de largura.

Miolo:

Papel offset branco;

96 folhas isentas de impressão;

Gramatura mínima: 63g/m<sup>2</sup>.

Espiral:

Matéria-prima: arame galvanizado;

Espessura mínima: 0,80 mm;

Trava "Coil Locker".

Capa e Contracapa:

Flexível;

Impressão: 4x0 cores;

Matéria-prima: papel cartão duplex;

Gramatura mínima 230 g/m<sup>2</sup>;

Na quarta face da capa deverão constar as seguintes informações:

1. a) Caderno de desenho 96 folhas;
2. b) Formato 200 mm x 275 mm
3. c) NBR 15732:2012;
4. d) Nome do fabricante;
5. e) Venda Proibida

Acabamento:

Plastificação, Verniz de Máquina ou Verniz UV.

Certificação: FSC ou CERFLOR.

fica a critério de a CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

#### 4.1.4.3 DAS CONDIÇÕES GERAIS:

A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina.

O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverão formar travas(conhecido como sistema "coil lock") que impossibilitem a formação de pontas ; deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difi garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**4.1.5. CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO 200 FOLHAS****4.1.5.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato de cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas, segurança.

Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises

**4.1.5.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Dimensões Mínimas: 200 mm de largura x 275 mm de comprimento.

Miolo: 200 folhas úteis (não contadas as divisórias); 10 matérias; Papel offset branco; Gramatura mínima: 56g/m<sup>2</sup>

Espiral: Matéria-prima: arame com revestimento preto; Espessura mínima: 1,20 mm; Trava "Coil Locker".

Pauta: Frente e verso; Mínimo de 27 pautas por página; Cabeçalho e rodapé ou pauta contínua.

Divisórias: Off-set; Gramatura mínima de 63 g/m<sup>2</sup>; A cada 20 folhas.

Capa e Contracapa: Dura; Impressão: 4x0 cores; Matéria-prima: papelão; Gramatura mínima 750 g/m<sup>2</sup>;

Acabamento: Plastificação;

Revestimento da capa e contracapa: Papel Offset; Gramatura mínima de 115g/m<sup>2</sup>, com guarda em offset com gramatura mínima de 100g/m<sup>2</sup>.

Na contracapa deverão constar as seguintes informações:

- a) Caderno universitário;
- b) Formato 200 mm x 275 mm;
- c) NBR 15733:2012;
- d) Nome do fabricante;
- e) Venda Proibida.

Certificação: FSC ou CERFLOR.

fica a critério de a CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

**4.1.5.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Do Processo de Fabricação: O caderno deverá conter 10 matérias, separadas por divisórias; As divisórias deverão ser inseridas a cada 20 folhas impressas; A coincidentes em ambas as faces. A capa e contracapa do caderno universitário deverão ser revestidas em papel offset de gramatura mínima de 115g/m<sup>2</sup>, com guar 100 g/m<sup>2</sup>; O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverá formar travas (conhecido como sistema coil lock) que impossibilitem a formação; CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

Garantia: deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes; cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**4.1.6. CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL / VERMELHO / PRETO****4.1.6.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

ABNT NBR 15236:2016- Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis i prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.

NBR 16108:2012 – Caneta esferográfica, gel e roller – comprimento de escrita – método de ensaio.

Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, apr 7 de dezembro de 2010.

Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momer

**4.1.6.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido

Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm; Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm

Tampa: Matéria-prima: Polipropileno; Removível com haste para fixação em bolso; Da mesma cor da tinta; Furação anti-asfixiante.

Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm.

Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento; Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta.

Tinta: Atóxica; Pastas esferográficas permanentes nas cores azul, vermelha e preta.

Desempenho de Escrita: As canetas deverão apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que escrita.

Todas as cores das canetas esferográficas deverão apresentar comprimento de escrita mínimo de 1750 m.

O licitante deverá apresentar a bobina do teste de calibragem.

**4.1.6.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Do Processo de Fabricação: Cada caneta deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir

Garantia: deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes; cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O produto será recebido provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de pos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

- 5.2. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, c (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (Código de defesa do consumidor – Lei nº 8.078/90)
- 5.3. O produto será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade mediante termo circunstanciado;
- 5.4. Na hipótese de verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o esgotamento do prazo;
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.6. O pagamento será efetuado, em até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratada, pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019”.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do referido item fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), substituindo e/ou reparando até 30 (trinta) dias corridos;
- 6.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;
- 6.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações de entrega e comprovação;
- 6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.6. A Empresa(contratada) deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da data de entrega e aceite por parte da contratante, contra defeitos constatados na entrega;
- 6.7. O Fornecedor não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas neste termo de referência;
- 6.8. O Fornecedor será responsável pelos danos causados, diretamente ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, incluindo a responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 6.9. Cumprir com os prazos de execução do serviço e entrega, determinados neste Termo;
- 6.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a execução/entrega dos bens adquiridos;
- 6.11. Acatar as instruções e observações provenientes da Contratante, através do Setor Competente, substituindo qualquer bem que não seja aceito por não atender ao presente TR;
- 6.12. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu setor competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução, que possa atrasar ou inviabilizar a conclusão, demonstrando previamente as medidas tomadas para sanar o problema, comunicando ao setor competente;
- 6.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Receber o material, disponibilizando local, data e horário;
- 7.2. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da SEDUC para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do serviço executado de valor superior a R\$ 10.000,00, de acordo com a Lei nº 8.666/93, com alteração implementada pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de julho de 2018;
- 7.3. Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos kit's, sob aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e designadas por portaria;
- 7.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, reservando-se o direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo estão sendo cumpridas pelo fabricante. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico credenciado as condições necessárias para a realização das análises pertinentes da fábrica.

## **8. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

8.1. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado **Kit's de materiais escolares**, direito público ou privado, através do qual fique comprovada a capacidade de fornecimento de no mínimo 15% (**quinze por cento**) da quantidade estimada:

- a) Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto;

## **9. DA AMOSTRA**

- 9.1. Após análise e aprovação das documentações de habilitação será exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente amostra: com os itens relacionados no item 4 do presente Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias, após encerramento da fase de lances, no endereço do Almoxarifado Perimetral Norte nº 2.859 Qd. 01 Lts. 02 e 03 Galpão 07 Setor Vila João Vaz, Condomínio da Goiazem Armazéns Gerais, Goiânia – GO, no horário e data agendada para verificação da compatibilidade no que concerne medida, dimensões e funcionalidade de seus componentes, em conformidade com as especificações, por Comissão de Avaliação de Propostas da SEDUC, para posteriormente aceitação da proposta;
- 9.2. A amostra física deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo;
- 9.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração como amostra física, serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável aos testes necessários;
- 9.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização das análises, e fornecer, sem ônus, os manuais necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 9.5. Será rejeitada a amostra que:
1. Apresentar divergência em relação ao descritivo do Termo de Referência;
  2. Apresentar problemas de funcionamento durante a análise;
  3. For de qualidade inferior em relação às especificações solicitadas no Termo de Referência.

**9.6.** Caso a amostra física seja aprovada, poderá ser contabilizada como uma unidade fornecida, contrariamente, a licitante deverá contatar a equipe da SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO para retirada dos objetos, sem acarretar ônus a Contratante;

**9.7.** A SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO departamentos responsáveis pelo recebimento deverá documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;

**9.8.** Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação no que concerne medida, dimensões e funcionalidade de seus componentes, com características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido;

**9.9.** A licitante que tiver a amostra reprovada pela Comissão de Análise da Amostra terá o prazo de 03 (três) dias para interpor o recurso de impugnação, que no caso do ENSINO MÉDIO que deverá emitir uma resposta para empresa no prazo máximo, também, de 03 (três) dias.

**9.10.** A comissão de análise deverá anexar aos autos relatório com análise das amostras, aprovadas ou reprovadas, os métodos para elaboração do documento será

#### **10. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

**10.1.** Os materiais escolares descritos neste Termo deverão ser entregues à Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura desta Secretaria, localizado no endereço: Av. Perimetral Norte nº 2859 Quadra 01 Lote 02 e 03, Galpão 7 Setor Vila João Vaz, Condomínio da Goiászem. O endereço de entrega dos endereços de entrega à CONTRATADA, como também da Ordem de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

<b>PRAZO DE ENTREGA</b>	
<b>Até 56.542 unidades de cada Kit - 50%</b>	<b>Até 30 dias</b>
<b>28.271 unidades de cada Kit - 75%</b>	<b>Até 45 dias</b>
<b>28.271 unidades de cada Kit - 100%</b>	<b>Até 60 dias</b>

**10.2.** Os materiais escolares deverão ser entregues, dentro do prazo definido no item 10.1; após a emissão da Ordem de Fornecimento no endereço informado e agendados com a SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO;

**10.3.** Os kits deverão ser entregues devidamente montados e em condições de uso imediato. Caso não seja possível, a contratada deverá efetuar a montagem pessoal especializado, com todas as despesas pagas pela contratada;

**10.4.** Fica assegurado ao Órgão o direito de rejeitar os kits entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, ficando o fornecedor responsável por itens irregulares, no prazo de até 15 (QUINZE) dias corridos;

**10.5.** Caso a substituição dos kits não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

**10.6.** O aceite ou aprovação dos kits pelo Órgão não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação as faculdades previstas na Lei de Defesa do Consumidor;

**10.7.** A embalagem deverá ser:

**10.7.1.** Todos os kits devem ser embalados para transporte e entrega, conforme o que dispõe o termo "embalagem" que explica o procedimento dentro de cada particularidade de cada item a ser adquirido. Caso as exigências não sejam cumpridas e em decorrência disso, a mercadoria seja danificada, o Órgão poderá solicitar a substituição;

**10.7.2.** O produto deverá ser embalado individualmente em sacos plásticos resistente e posteriormente em caixas de papelão coletivas com agrupamento máximo com o nome do fornecedor, produtos, tamanhos, quantidades constantes na caixa, condições de empilhamento e demais informações necessárias para conferência;

**10.7.3.** Não deverão ser utilizadas fitas adesivas em contato direto com o produto.

**10.7.4.** A contratada deverá comunicar a Superintendência de Ensino Médio, com antecedência de até 10 (dez) dias, o provável dia de chegada dos bens no endereço;

**10.7.5.** O transporte e a entrega dos Kits escolares, objeto deste Termo, são de responsabilidade do fornecedor, inclusive a descarga, e deverão ser entregues aos destinatários a serem fornecidos à Contratada, pela Contratante;

#### **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não mantiver a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

**11.2.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações graduadas de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**11.3.** Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

**11.4.** As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

11.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não houverem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

11.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

11.7. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

## **12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. O Período de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

## **13. CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado servidor representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registros relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de fatos ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 7C

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, e eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade cabíveis.

## **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Tão logo seja conhecida a Empresa (fornecedor) deverá apresentar em tempo hábil para aprovação, amostras embaladas dos produtos, conforme orientação e acondicionamento dos kits diversos do solicitado e ocorra algum impedimento na entrega;

14.2. O material licitado somente poderá ser substituído mediante comprovação da contratada de fator de impedimento por força maior, e desde que haja um substituto de igual ou superior valor e qualidade em comparação ao material licitado.



Documento assinado eletronicamente por **WOLNEY ARRUDA DE LIMA, Gerente**, em 11/07/2022, às 16:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 11.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_documento=000035190403](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=000035190403) código verificador **000031546064** e o código CRC **9C3EC2CD**.

### **ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO**

Ref.: Processo nº 2022.0000.603.4725

....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de CPF/MF nº.....**DECLARA:**

1º) Sob as penas cabíveis, que não utiliza, no estabelecimento, trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a não ser em condição de aprendizes, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 43, XIII, do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

2º) Sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2022, objeto do Processo nº 2022.0000.603.4725, para qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista.

3º) Sob as penas cabíveis, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no item 5.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2022.

4º) Sob as penas cabíveis, que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta por afinidade, até o segundo grau, com dirigentes ou servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do contrato.

5º) Estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2022, ensejará aplicação de pena

.....  
(data)

.....  
(Digitar o nome do Representante Legal e assinar)

### **ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

Processo nº 2022.0000.603.4725

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, port \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empres para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não possuindo nenhum dos impedimentos previs

Local e data

Representante legal

**Nota:**

A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem figuras penas e das penalidades previstas neste Edital.

## ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

Processo nº 2022.0000.603.4725

<b>Todos os campos são de preenchimento obrigatório</b>						
Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Telefone:						
Banco:			Agência: (nome/nº)		Conta Corrente:	
Dados do Signatário – para assinatura do contrato						
Nome:					Cargo:	
Nacionalidade:			Identidade:		CPF:	
Item	Especificações do Produto/Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário <b>COM ICMS</b> (R\$)	Preço Total <b>COM ICMS</b> (R\$)	Preço Unitário <b>SEM ICV</b>
Valor Total da Proposta <b>COM ICMS</b> (por extenso):						
Valor Total da Proposta <b>SEM ICMS</b> (por extenso):						
Convênio ICMS? Sim – ( ) Não – ( )						
<p><b>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.</b></p> <p>- Observar as exigências constantes deste Edital.</p> <p>- Declaro que a validade da proposta é de <b>120 (cento e vinte) dias</b> corridos, a contar da data de abertura da licitação.</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgão, ficando mantido o crédito <b>(Convênio ICMS 26/03)</b>.</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, fônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à</p> <p>- Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Ec</p>						
<b>DATAR E ASSINAR</b>						

## ANEXO V - MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº \_\_\_\_\_ que celebram o ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DA ESTADO DA EDUCAÇÃO, e a empresa \_\_\_\_\_ condições a seguir descritas:

**DAS PARTES:**

**CONTRATANTE**

O ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ nº 01.409.705/0001-20, com sede na Quinta Avenida, nº 212, Qd. 71, S assento na Lei Complementar nº 164, de 07 de julho de 2021, pela Secretária de Estado da Educação, Profª. Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira, brasileira SSP/RO e CPF/MF sob o nº 329.607.192-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ tendo como representante (s) legal (is) os Srs. (as) \_\_\_\_\_, inscrito (s) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denomi-

**1. CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 028/2022, aberto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, na forma da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, do C Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais normas pertinentes à matéria, homologado pela Secre Termo de Homologação, tudo constante do processo administrativo nº 2022.0000.603.4725, o qual faz parte do presente contrato, independentemente de transcri

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. aquisição de Insumos, Kit de material de papelaria, cumprimento do objeto disposto no Termo de Compromisso PAR Nº 201700020 com vistas no atendimento Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e EJA – Ensino Médio.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
<b>VALOR TOTAL:</b>					

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O Período de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

4.1. O valor total deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme Termo de Homologação do Pregão.

4.2. A despesa correrá conforme quadro abaixo e conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, referente ao período de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2.1. No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos e Programas, ficando a C início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho Complementar, respeitada a mesma classificaç

Sequencial: 717		
Descrição	Código	Denominação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2401	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO	362	ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA	1008	EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
AÇÃO	2017	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO
GRUPO DE DESPESA	03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
FONTE DE RECURSO	25700260	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	90	APLICAÇÕES DIRETAS

4.3. Nos preços acima, estão inclusos todos os impostos, seguros, despesas, custos e encargos devidos em razão da execução deste contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. Após a entrega dos bens ou prestação dos serviços, a contratada deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na Secretaria de Estado da Educação.

5.2. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo de contratação da SEDUC a que se refere, para facilitar a remessa do documento

5.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagam nº 9.561/2019;

5.4. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta-corrente ou conta-poupança da Contratada na Caixa Econômica Federal – CEF, que o Estado de Goiás para centralizar a sua movimentação financeira, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014;

5.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 5.3 passará a ser contado a obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019;

5.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimpl

5.7. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a SEDUC efetuará as devidas retenções nos pagamentos;

5.8. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus à compensação finan para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fór

EM =  $N \times Vp \times (I / 365)$  onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100;

5.9. O valor a ser pago à Contratada corresponde ao montante estabelecido no Termo de Referência;

5.10. A remuneração da empresa vencedora será resultante do somatório do quantitativo efetivamente prestado no período de referência;

5.11. Estarão incluídos no valor total do pagamento todos os tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e quaisquer outros ônus que porventura o objeto, bem como todo o investimento necessário à implantação do referido objeto.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

### 6.1.1. DA CONTRATADA

6.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do referido te fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), substituindo e/ou até 30 (trinta) dias corridos;

6.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

6.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprir comprovação;

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na li

6.6. A Empresa(contratada) deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da data de entrega e aceite por parte da contratante, contra defeit constatação na entrega;

6.7. O Fornecedor não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas neste termo de referência;

6.8. O Fornecedor será responsável pelos danos causados, diretamente ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contr responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.9. Cumprir com os prazos de execução do serviço e entrega, determinados neste Contrato;

6.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a execução/entrega dos bens adquiridos;

6.11. Acatar as instruções e observações provenientes da Contratante, através do Setor Competente, substituindo qualquer bem que não seja aceito por não cor Contrato;

6.12. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu setor competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a ex possa atrasar ou inviabilizar a conclusão, demonstrando previamente as medidas tomadas para sanar o problema, comunicando ao setor competente;

6.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

### 6.2. DA CONTRATANTE

6.2.1. Receber o material, disponibilizando local, data e horário;

6.2.2. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da SEDUC para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do serviço executado de valor superior a da Lei Federal nº 8.666/93, com alteração implementada pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de julho de 2018;

6.2.3. Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos kit's, sob aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falha: servidores designados por portaria;

6.2.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, reservando-se o direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por mei seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo estão sendo cumpridas pelo fabricante. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico cre pertinentes da fábrica.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

O kit deve estar embalado em caixa de papelão envolta de plástico e identificada na face superior com:

1. Nome do kit (ex.: KIT PARA ENSINO MÉDIO E EJA PARA OS LOTES 1 E 2)
2. Composição do Kit, conforme descrito no edital;
3. "Venda Proibida";
4. Identificação do fabricante e do fornecedor.

### 7.1. Da Descrição dos Lotes

#### 7.1.1. APONTADOR COM DEPÓSITO

##### 7.1.1.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

7.1.1.1.1. ABNT NBR 15236:2016-Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

7.1.1.1.2. Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

7.1.1.1.3. Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 –Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

7.1.1.1.4. Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

##### 7.1.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**7.1.1.2.1. Matéria-Prima:**

Plástico transparente

**7.1.1.2.2. Dimensões Mínimas:**

Altura: 40 mm;

Comprimento: 22mm;

Largura: 15 mm.

Características: Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit.

Depósito em plástico transparente;

Lâmina de aço inoxidável temperado;

Fixação da lâmina por parafuso metálico;

Compatível com o lápis e o lápis de cor que formam o kit.

7.1.1.2.3. A lâmina do apontador deverá ser de aço inoxidável temperada, fixada por parafuso metálico, sem ondulações ou deformações, perfeitamente ajustada rígida, sem folgas, a fim de não macerar ou mastigar a madeira do lápis. Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces;

7.1.1.2.4. Garantia deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, para cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**7.1.2. BORRACHA ESCOLAR****7.1.2.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

7.1.2.1.1. ABNT NBR 15236:2016 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

7.1.2.1.2. Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

7.1.2.1.3. Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

7.1.2.1.4. Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

**7.1.2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Composição:

Sem adição de corantes;

Livre de ftalatos.

Dimensões Mínimas

Comprimento: 30 mm;

Largura: 20 mm;

Espessura: 5 mm.

Características

Macia;

Flexível;

Capaz de remover o grafite sem borrar ou manchar o papel.

**7.1.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Do Processo de Fabricação:

Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces.

7.1.2.4. Garantia deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, para cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**7.1.3. LÁPIS GRAFITE****7.1.3.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

7.1.3.1.1. ABNT NBR 15236:2016 -Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

7.1.3.1.2. ABNT NBR 15795:2010 -Lápis —Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados a condições previsíveis de uso.

7.1.3.1.3. Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 –Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

7.1.3.1.4. Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 –Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

7.1.3.1.5. Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 –Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escola 481, de 7 de dezembro de 2010.

**7.1.3.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Corpo:** Matéria prima: madeira reflorestada; Cobertura: tinta atóxica (quando for o caso); Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit.

**Dimensões Mínimas:** Comprimento: 170 mm; Diâmetro:6,5 mm; Diâmetro do grafite: 2 mm;

**Barra Interna do Grafite:** Dureza nº 02 HB; Constituição uniforme; Isenta de impurezas; Atóxica;

**7.1.3.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação seu descolamento; Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo.

deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difi garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**7.1.4. CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS****7.1.4.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

7.1.4.1.1. Norma NBR 15732:2012-Tecnologia gráfica-que estabelece os requisitos para os cadernos de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampeados. Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, nas capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança.

**7.1.4.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****7.1.4.2.1. Dimensões Mínimas:**

200mm de altura x 275mm de largura.

Miolo:

Papel offset branco;

96 folhas isentas de impressão;

Gramatura mínima: 63g/m<sup>2</sup>.

Espiral:

Matéria-prima: arame galvanizado;

Espessura mínima: 0,80 mm;

Trava "Coil Locker".

Capa e Contracapa:

Flexível;

Impressão: 4x0 cores;

Matéria-prima: papel cartão duplex;

Gramatura mínima 230 g/m<sup>2</sup>;

Na quarta face da capa deverão constar as seguintes informações:

1. a) Caderno de desenho 96 folhas;
2. b) Formato 200 mm x 275 mm
3. c) NBR 15732:2012;
4. d) Nome do fabricante;
5. e) Venda Proibida

Acabamento:

Plastificação, Verniz de Máquina ou Verniz UV.

Certificação: FSC ou CERFLOR.

fica a critério de a CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

**7.1.4.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina.

O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverão formar travas (conhecido como sistema "coil lock") que impossibilitem a formação de pontas; deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes ou de difícil garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

**7.1.5. CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO 200 FOLHAS****7.1.5.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato de cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas, segurança.

Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.

**7.1.5.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Dimensões Mínimas: 200 mm de largura x 275 mm de comprimento.

Miolo: 200 folhas úteis (não contadas as divisórias); 10 matérias; Papel offset branco; Gramatura mínima: 56g/m<sup>2</sup>

Espiral: Matéria prima: arame com revestimento preto; Espessura mínima: 1,20 mm; Trava "Coil Locker".

Pauta: Frente e verso; Mínimo de 27 pautas por página; Cabeçalho e rodapé ou pauta contínua.

Divisórias: Off-set; Gramatura mínima de 63 g/m<sup>2</sup>; A cada 20 folhas.

Capa e Contracapa: Dura; Impressão: 4x0 cores; Matéria-prima: papelão; Gramatura mínima 750 g/m<sup>2</sup>;

Acabamento: Plastificação;

Revestimento da capa e contracapa: Papel Offset; Gramatura mínima de 115g/m<sup>2</sup>, com guarda em offset com gramatura mínima de 100g/m<sup>2</sup>.

Na contracapa deverão constar as seguintes informações:

- a) Caderno universitário;
- b) Formato 200 mm x 275 mm;
- c) NBR 15733:2012;
- d) Nome do fabricante;
- e) Venda Proibida.

Certificação: FSC ou CERFLOR.

fica a critério de a CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

#### 7.1.5.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Do Processo de Fabricação: O caderno deverá conter 10 matérias, separadas por divisórias; As divisórias deverão ser inseridas a cada 20 folhas impressas; A coincidentes em ambas as faces. A capa e contracapa do caderno universitário deverão ser revestidas em papel offset de gramatura mínima de 115g/m<sup>2</sup>, com guar 100 g/m<sup>2</sup>; O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverá formar travas (conhecido como sistema coil lock) que impossibilitem a formação. CONTRATANTE definir os modelos de capa, junto ao fornecedor.

Garantia: deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes; cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

#### 7.1.6. CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL / VERMELHO / PRETO

##### 7.1.6.1. DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR 15236:2016- Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis i prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.

ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.

NBR 16108:2012 – Caneta esferográfica, gel e roller – comprimento de escrita – método de ensaio.

Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;

Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;

Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, apr 7 de dezembro de 2010.

Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momer

##### 7.1.6.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido

Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm; Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm

Tampa: Matéria-prima: Polipropileno; Removível com haste para fixação em bolso; Da mesma cor da tinta; Furação anti-asfixiante.

Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm.

Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento; Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta.

Tinta: Atóxica; Pastas esferográficas permanentes nas cores azul, vermelha e preta.

Desempenho de Escrita: As canetas deverão apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que escrita.

Todas as cores das canetas esferográficas deverão apresentar comprimento de escrita mínimo de 1750 m.

O licitante deverá apresentar a bobina do teste de calibragem.

##### 7.1.6.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Do Processo de Fabricação: Cada caneta deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir

Garantia: deverá oferecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da entrega e aceite por parte da Contratante, contra defeitos de fabricação, aparentes; cálculo da garantia será contada a partir da data da efetiva entrega ao interessado (contratante).

#### 8. CLÁUSULA NOVA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

8.1. Os materiais escolares descritos neste Contrato deverão ser entregues à Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura desta Secretaria, localizado no endereço: Av. Perimetral Norte nº 2859 Quadra 01 Lote 02 e 03, Galpão 7 Setor Vila João Vaz, Condomínio da Goiazem. O ir disponibilização dos endereços de entrega à CONTRATADA, como também da Ordem de Fornecimento ou outro meio que o equipare;

PRAZO DE ENTREGA	
Até 56.542 unidades de cada Kit - 50%	Até 30 dias
28.271 unidades de cada Kit - 75%	Até 45 dias
28.271 unidades de cada Kit - 100%	Até 60 dias

8.2. Os materiais escolares deverão ser entregues, dentro do prazo definido no item 8.1; após a emissão da Ordem de Fornecimento no endereço informado agendados com a SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO;

8.3. Os kit's deverão ser entregues devidamente montados e em condições de uso imediato. Caso não seja possível, a contratada deverá efetuar a montagem pessoal especializado, com todas as despesas pagas pela contratada;

8.4. Fica assegurado ao Órgão o direito de rejeitar os kit's entregues em desacordo com as especificações e condições deste Contrato, ficando o fornecedor obr irregulares, no prazo de até 15 (QUINZE) dias corridos;

8.5. Caso a substituição dos kit's não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

8.6. O aceite ou aprovação dos kit's pelo Órgão não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou quali especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação as faculdades previstas nc Defesa do Consumidor;

8.7. A embalagem deverá ser:

8.7.1. Todos os kits devem ser embalados para transporte e entrega, conforme o que dispõe o termo "embalagem" que explica o procedimento dentro de cac particularidade de cada item a ser adquirido. Caso as exigências não sejam cumpridas e em decorrência disso, a mercadoria seja danificada, o Órgão poderá solici unidade;

8.7.2. O produto deverá ser embalado individualmente em sacos plásticos resistente e posteriormente em caixas de papelão coletivas com agrupamento máximo com o nome do fornecedor, produtos, tamanhos, quantidades constantes na caixa, condições de empilhamento e demais informações necessárias para conferênci

8.7.3. Não deverão ser utilizadas fitas adesivas em contato direto com o produto;

8.7.4. A contratada deverá comunicar a Superintendência de Ensino Médio, com antecedência de até 10 (dez) dias, o provável dia de chegada dos bens no endereço;

8.7.5. O transporte e a entrega dos Kit's escolares, objeto deste Termo, são de responsabilidade do fornecedor, inclusive a descarga, e deverão ser entregues aos destinatários a serem fornecidos à Contratada, pela Contratante.

## 9. CLÁUSULA NONA - DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

9.1. Para essa aquisição poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A futura CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no §1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. As reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos deve ser original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estão estabelecidos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93. (Acórdão 1498/2015 – Plenário, TC 011.287/2010-1, relator Ministro Benjamin Zymler, 17.6.2015.)

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em leis e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

10.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações previstas em leis e demais cominações legais, a multa de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário de assumir o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

10.4. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

10.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o contrato ou com justificativa recusada pela administração pública;

10.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

10.7. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

11.1.1. Por mútuo interesse e acordo entre as partes, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente para receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória;

11.1.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial nas seguintes hipóteses:

11.1.2.1. Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

11.1.2.2. Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;

11.1.2.3. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

11.1.2.4. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

11.1.2.5. A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;

11.1.2.6. O atraso injustificado no início da obra;

11.1.2.7. A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

11.1.2.8. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, incorporação ou extinção do contratado;

11.1.2.9. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.2.10. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

11.1.2.11. O desatendimento às determinações regulares dos Engenheiros Fiscais;

11.1.2.12. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignada no Diário de Obra;

11.1.2.13. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

11.1.3. Os casos de rescisão unilateral acarretarão as consequências previstas no Artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

11.1.4. Estarão assegurados os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.1.5. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

11.1.5.1. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato;

11.1.5.2. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar por obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.5.3. Proposto pela CONTRATADA, em decorrência do atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações;

11.1.5.4. Proposto pela CONTRATADA, na hipótese de não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

11.1.5.5. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima utilidade que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.5.6. Proposto por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

12.1 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

13.1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, acaso não puderem ser resolvidos, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a este renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no portal eletrônico, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1. Este contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico nº 000/2022, vinculando-se ao Processo nº 2022.0000.603.4725 e a proposta da Contratada.

## 16. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

16.1. O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos de auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de prevenir e combater irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

Parágrafo Primeiro: O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada unidade, visando garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

Parágrafo Segundo: O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função;

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer outro procedimento intermediado por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

Parágrafo Terceiro: Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa de Integridade.

Parágrafo Quarto: A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

Parágrafo Quinto: A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, imagens da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em formato digital.

Parágrafo Sexto: A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846/2013 será considerado para fim de cumprimento desta Lei.

Parágrafo Sétimo: Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa multa (de 0,5% (zero vízes e cinco décimos por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

Parágrafo Oitavo: O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Nono: O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade.

Parágrafo Décimo: O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indébito da multa aplicada.

Parágrafo Décimo Primeiro: A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

Parágrafo Décimo Segundo: O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para a aplicação de multa cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo prazo de validade do contrato, comprovada a implantação e aplicação do Programa de Integridade.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO REGISTRO E FORO

17.1. O presente contrato será objeto de oportuna apreciação junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

17.2. Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2006, Lei Federal nº 8.666/93 e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios acaso surgidos em decorrência do presente instrumento.

E por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes e as testemunhas, em três vias de igual teor e forma para que se alcance os jurídicos:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 2022.

CONTRATANTE:

**APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**  
Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA:

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

#### ANEXO VI - CCMA DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos ou obrigações, será resolvida de forma definitiva por arbitragem, através da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Advocacia Geral do Estado regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo funcionamento será regido pelo Regulamento Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei nº 1.232, de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propos deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem de arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, em Goiânia, \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 2022.

CONTRATANTE:

**APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**  
Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA:

  

---

GOIÂNIA, 07 de novembro de 2022.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO  
QUINTA AVENIDA, QD. 71, Nº 212 - SETOR LESTE VILA NOVA - GOIÂNIA - GO - CEP 74.643-030.



Referência: Processo nº 202200006034725



SEI 000035190403